

**Os cetáceos de São Tomé e Príncipe:
A luta pela biodiversidade e dignidade de um povo**

Francisco Gonçalves

Global Ocean

francisco@catus.net

Este texto não contém apenas ciência prática e objectiva, nem oportunidades para empreendimentos turísticos que têm como concepção o melhoramento da vida das populações costeiras santomenses; contempla também valores, legados e moral, esquecidos e ignorados nos dias que correm, em prol de receitas económicas e lucros pessoais advindos de jogos políticos de sedução e poder. São Tomé e Príncipe (STP) é um caso contemporâneo cada vez mais raro, uma réstia de terra que beneficiou do seu isolamento geográfico onde a imponência, biodiversidade, e ofuscante grandeza da natureza ainda suscita uma inspiração singular. Em muitos dos seus recantos, esta nação ainda não sofre do paradigma europeu de apropriação-destruição da terra e dos seres que dela são parte integrante. Contudo, e apesar de ser necessário criar infra-estruturas a nível político e económico que melhorem a condição de vida da população santomense, esta não deve ser feita à custa do depauperamento dos recursos naturais mas sim através deles, da sua preservação, e divulgação; longe do modelo social “global” que ferozmente endeusa os bens materiais, pratica uma hostil separação da natureza e que reduz o “*espírito*” a uma ninharia (a menos que se possam obter lucros avultados com estes). STP não é livre dos seus próprios problemas relacionados com degradação ambiental e conservação da biodiversidade, que a não obterem a devida atenção, poderão ter consequências catastróficas para este estado que é o segundo mais pequeno de África (a seguir à República das Seicheles). Neste artigo é descrito o caso em que um recurso natural de STP, ainda pouco conhecido e estudado, levantou sérias preocupações à comunidade internacional, e gerou uma das campanhas mais bem sucedidas neste domínio – os Cetáceos (ordem biológica que engloba as Baleias e Golfinhos).

Caça de cetáceos no mundo e no Golfo da Guiné

A nível mundial, existem evidências da caça directa de cetáceos que remontam ao ano 6000 a.C.. Contudo, durante os séculos XVIII e XIX d.C. deu-se a invenção dos navios-fábrica e do arpão de carga explosiva que tornaram a actividade muito mais eficiente e de proporções industriais. Durante várias décadas os produtos derivados de baleia (caso em especial do óleo, e também da banha, carne, barbas etc.) assumiram uma importância económica elevada a muitos milhões, e com a caça desmedida e desregulada as populações mundiais de baleias ficaram reduzidas a perto de 10% dos seus números originais¹.

Segundo registos históricos a baleação comercial no Golfo da Guiné começou a ser desenvolvida desde os finais do século XVIII e continuou até 1959. A caça foi praticada ao largo do

¹ Gonçalves, Francisco G. F. F. 2005. International Whaling Commission (IWC) - History and Controversy. Whale and Dolphin Magazine. 2005 May/Jun Issue 7:34-37

Gabão, Angola, Congo e São Tomé e Príncipe. Um dos alvos principais da caça era a Baleia de Bossa, conhecida por se reproduzir nesta região.

No ano de 1912; existiam onze empresas a operar ao largo da costa Oeste do Continente Africano. A actividade tinha base principal no Gabão Francês. Assentamentos dão contas que entre 1913 e 1952 não menos de 8938 baleias foram capturadas no Golfo da Guiné. Este período não foi contínuo tendo um interregno entre 1924 e 1935. As temporadas de baleação dependiam ainda da abundância do número de baleias e das suas rotas de migração, sendo por isso esta actividade mais elevada entre os meses de Junho a Outubro. Sem regulamentos internacionais para a gestão da baleação nesse tempo, os números de baleias capturadas pensa-se ter sido muito superior aos relatados. Com uma caça muito acima dos níveis sustentáveis, matando-se frequentemente mães e crias, assistiu-se ao colapso da população para números que não geravam receitas suficientemente altas para que esta indústria se mantivesse, acabando por se desintegrar e abandonar a região em 1952.

Em São Tomé e Príncipe foi criada uma empresa baleeira no ano de 1951, na praia de Rosema, no nordeste da ilha de São Tomé, mas só permaneceu em actividade durante 104 dias (entre 13 de Julho e 25 de Outubro). Durante esse período, 714 grandes baleias foram capturadas. Durante o período em que esteve activa, a fábrica processou 714 baleias, correspondendo a uma média de 7 baleias por dia. As espécies capturadas foram Baleia de Bossa (*Megaptera novaeangliae*), Baleia de Bryde (*Balaenoptera edeni*), Baleia Comum (*Balaenoptera physalus*) e Cachalotes (*Physeter macrocephalus*), e um total de 54 embriões foram encontrados. Em 1952, a redução do número de indivíduos capturados levou ao fim desta actividade no arquipélago².

São Tomé e Príncipe e a Baleação

Com uma área terrestre de 1001 km², as ilhas de STP ficam situadas junto á linha do Equador e a cerca de 300 km da Costa Ocidental do Continente Africano. Todo o Arquipélago está inserido no *rifte* da linha vulcânica dos Camarões. Com uma dimensão de águas territoriais a rondar os 130.000 km² – o que perfaz 170 vezes a área terrestre da nação, é contudo interessante observar que a concentração histórica das actividades económicas santomenses é baseada em terra, fazendo da área marítima toda uma zona com um potencial inimaginável ainda por explorar³.

STP é provavelmente a última ilha deste género: uma pequena ilha tropical pouco explorada, rodeada de praias luxuriosas e palmeiras, mares azul-turquesa, quedas de água, rios, espécies endémicas de pássaros e plantas, e livre de violência e criminalidade – o que no contexto africano é um dos factores que mais pesa no desenvolvimento de atracções turísticas.

A 20 de Julho de 2007 foi transmitida através do portal de informação económica MacauHub uma notícia sobre a cooperação entre o Japão e STP em que se podia ler que “O Japão vai conceder a São Tomé e Príncipe 6,9 milhões de dólares para o desenvolvimento das pescas no arquipélago, anunciou quarta-feira em São Tomé a directora-geral do sector, Aida Almeida.”⁴

² Brito, C., Carvalho, I., Reiner, F. 2005. Historical records of Cetaceans in Sao Tome and Principe. Report from Projecto Delfim – Centro Português de Estudos dos Mamíferos Marinhos .

³ Guía del Mundo, 2005. Decimocuarta Edición 2005/2006. Instituto del Tercer Mundo.

⁴ <http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=3717>

No mês seguinte: a 9 de Agosto de 2007 foi publicada uma nova notícia no mesmo portal de informação que tinha como título: “*Japão quer caçar baleias nos mares de São Tomé e Príncipe*”, e onde se podia ler como cabeçalho: “*O Japão apresentou às autoridades piscatórias de São Tomé e Príncipe um projecto que visa a pesca de baleias no mar do arquipélago, anunciou quarta-feira em São Tomé a ministra são-tomense das Pesca, Cristina Dias.*”⁵

O “*modus operandis*” da operação era decalcado daquele que o próprio Japão tem vindo a usar desde 2000 como programa de “compra votos” (tal como é denominada a estratégia japonesa pela imprensa internacional), com vista a obter uma maioria dentro da Comissão Baleeira Internacional (CBI) e assim poder revogar a moratória instituída em 1986, que proíbe a caça comercial de baleias.

A Comissão Baleeira Internacional

A CBI foi formada através da assinatura da Convenção Internacional para a Regulação da Baleação (CIRB) em 1946 com o intuito de regular e gerir a caça à baleia a nível internacional, uma vez que já em 1946 a indústria se encontrava à beira do colapso. Esta não era de modo nenhum uma comissão de carácter conservacionista mas sim de gestão económica. Apesar de vários esforços a CBI falhou no seu principal objectivo, a manutenção da indústria baleeira; com a transição da sociedade para a dependência do petróleo, o óleo de baleia deixou de ter a importância económica pelo qual era sobejamente desejado, e a baleação tornou-se demasiado dispendiosa em proporção ao lucro que auferia. No início da década de 80 e com o movimento ambientalista a ganhar forma e força política a baleia passou de produto económico para imagem de campanha política que valia votos. Havia uma forte pressão por parte da opinião pública que considerava que matar baleias era cruel, desumano e errado. Esta influência foi tal que em 1982 se negociou a moratória na caça à baleia que viria a ser instituída em 1986. O próprio Japão naquela altura, em troca de uma quota de pesca cedida pelos Estados Unidos da América (EUA), votou em favor da moratória. Porém, quando em 1987 a indústria pesqueira americana entrou em crise e se debatia com amplas dificuldades económicas, os EUA retiraram os privilégios pesqueiros ao Japão, e como resposta este apresentou no mesmo ano o seu programa “científico” para o Antártico, o qual desde então tem vindo a utilizar e no qual o país se auto-outorga com quotas anuais de cerca de 1000 animais.

Todo este processo foi conduzido ao abrigo do artigo VIII da CIRB que permite a um país caçar baleias para fins científicos. Segundo o Japão, a carne de baleia que pode ser encontrada à venda nos mercados nipónicos serve para financiar mais investigação científica, na Antártida – proclamada em 1994 pela CBI como um santuário para as baleias. É no mínimo irónico que o Japão entre nesse mesmo santuário para matar centenas de animais todos os anos. O interesse económico que o Japão tem sobre a indústria baleeira é quase nulo e as razões pelas quais o Japão tem vindo a praticar baleação nos últimos anos não é de todo claro. Algumas teorias e reflexões sugerem que o Japão ainda tem bem presente na memória os lucros milionários que advieram da caça comercial de baleias e quer num futuro próximo reabrir essa mesma indústria e ter um papel dominante.⁶ Outros apontam para o facto de o Japão ter a maior frota de pesca e ser o maior consumidor de peixe do mundo e não

⁵ <http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=3832>

⁶ Holt, S. 2007. Whaling: Will the Phoenix rise again? *Marine Pollution Bulletin*, Volume 54, Issue 8, August 2007, Pages 1081-1086

poder permitir que nenhum recurso marinho (ou terrestre) lhe seja negado, nem mesmo pela comunidade internacional. Outros falam ainda de que a baleação serve para consumo doméstico como um tema em que o Japão faz frente ao ocidente não permitindo um arrastar da humilhação que sofreram no final da segunda guerra mundial.

Com o número de países pró-conservação a crescer dentro da CBI e conseqüentes resoluções adoptadas, e a CIRB alterada somente com uma maioria igual ou superior a $\frac{3}{4}$, o Japão em 2000 iniciou um programa de compra de votos através de ajudas económicas a outros países (quase sempre de em vias de desenvolvimento) normalmente relacionadas com pesca. Este pedia em troca aos países aos quais a ajuda financeira tinha sido provida que entrassem na CBI e votassem do mesmo modo que o Japão. Deste modo assegurava que nenhuma resolução era aprovada e do mesmo modo bloqueava qualquer iniciativa conservacionista, podendo continuar o seu programa de caça comercial. Isto fez com que a CBI mergulhasse num *status quo* e se passasse a “jogar” uma batalha de números (países e votos) entre os dois pólos em oposição, um de pro-caça e outro contra.

Ano 2007

São Tomé e Príncipe encaixava na perfeição neste modelo e no mesmo artigo publicado no mês de Agosto pelo MacauHub podia observar-se que *“A ministra São-Tomense fez esta revelação no final de um seminário sobre pescas realizado em São Tomé no âmbito de uma visita oficial de trabalho efectuada por uma missão técnica nipónica chefiada pelo deputado japonês Tadahiko Ito que teria entregue ao presidente são-tomense, Fradique de Menezes, um convite para participar em 2008 numa cimeira Japão/África.”*

Na altura pouco se sabia sobre a situação de STP em relação à baleação e à sua conjuntura política e económica. Falou-se dos empregos que uma hipotética industria baleeira a operar em STP poderia gerar, mas era evidente que o plano Japonês era fazer o país ingressar na CBI e assegurar mais um voto para que este pudesse manter a CBI bloqueada.

Foi decidido então fazer uma primeira campanha no terreno para avaliar melhor a conjuntura em que STP se encontrava. O cenário era o típico de outros países que o Japão tinha tentado ou logrado recrutar para a CBI – informação selectiva e errada.

O deputado do parlamento Japonês que na altura acompanhava a comitiva diplomática, Tadaniko Iko, era e é actualmente membro do Partido Democrático Liberal do Japão e também da Liga Parlamentar Baleeira. Para além do convite para STP participar na cimeira do TICAD IV (cooperação Japão-África), este cortejo Nipónico tinha ainda incluído no programa o seminário sobre pescas mencionado no artigo. Este seminário foi apresentado pelo Chileno Dr. Gabriel Gomez Diaz, feudatário e representante do Instituto de Investigação de Cetáceos (ICR, *monograma em inglês*), o qual nos ultimos anos tem assistido às reuniões da CBI, e o qual no inicio da década de 90 fez vários esforços para que o seu país de origem, o Chile, não votasse a favor da adopção do Santuário para as Baleias no Oceano Austral. O ICR é a instituição que promove e efectua a campanha baleeira levada a cabo pelo Japão no Antártico e usa vários (falsos) argumentos e factos sobre as baleias de modo a persuadir ao apoio os presentes nos seus workshops, que para um leigo no assunto fazem aparente nexos. Os argumentos usados são:

- 1) As baleias comem grandes quantidades de peixe e devem por isso os seus números ser controlados, uma vez que são uma ameaça à segurança alimentar mundial.

- 2) Com o número de grandes baleias sob controlo, a pesca industrial irá beneficiar, e os stocks de peixe a nível mundial irão aumentar.
- 3) Algumas espécies de grandes baleias existem em grande número e podem ser caçadas para fins comerciais o que poderia aliviar em grande parte a fome em África.

Os argumentos declarados pela Ministra da Economia Santomense, de que as baleias estão a acabar com o peixe de STP, são bastante ingénuos se a verdade for conhecida, e é esse o grande ardil do Japão; falar com aparente eloquência, mostrar factos e fotos seleccionados, e fazer os membros de países como STP apoiar a sua causa.

Mas esta é também a mesma razão pela qual todo o mundo científico com todos os seus ramos, deveria mostrar um vil descontentamento face a toda esta ciência-lixo que o Japão tem vindo a apresentar desde que o seu programa pseudo-científico foi iniciado em 1987, no Oceano Austral, que circunda a Antárctica. Este caso deve ser divulgado pela ética, moral e disciplina que caracteriza a ciência.

Os factos reais são bem diferentes daqueles que o Japão mostra nos seus workshops, e a realidade em relação ao que o Japão apresenta, vez após vez, é a seguinte:

- 1) A maioria das espécies de grandes baleias não come peixe. Alimentam-se de "krill", pequenos crustáceos semelhantes ao camarão, e não de peixes usados na alimentação humana. A alimentação destes cetáceos tem lugar, normalmente, nas águas frias dos pólos, uma vez que só estas zonas possuem condições (águas muito ricas em nutrientes) para a proliferação do krill. Quando as baleias migram para as águas quentes e tropicais (pobres em nutrientes), como é o caso de São Tomé, é para se reproduzirem e terem as suas crias, e durante este período estes animais não se alimentam.
- 2) A pesca industrial a grande escala é a verdadeira responsável pelo colapso dos stocks de peixe em todo o mundo, e esta sim é que deve ser regulada e regulamentada de modo a não ameaçar a sobrevivência dos seres que dependem das mesmas espécies do peixe que é comercializado pelos humanos.
- 3) Em 2005 a própria CBI emitiu um documento comunicando que não possui dados suficientes para que possa avaliar com exactidão o estado e abundância das populações de baleias a nível global. Para além disso, o esforço económico e os custos associados à baleação seriam muito mais elevado do que criar infra-estruturas para que as comunidades africanas pudessem matar a sua fome e criariam muito mais trabalho e qualidade de vida em terra.

Durante a campanha foram feitas várias sessões de esclarecimentos com diferentes pessoas de diversos âmbitos sociais, políticos, económicos e ambientais. Vários aliados dentro do governo, organizações não-governamentais (ONG), projectos Europeus a decorrer no país, e empresários hoteleiros, fizeram com que as intenções japonesas caíssem por terra e STP não assinou a CIRB e não compareceu na 59ª reunião da CBI no Alasca, USA. Isso aliado ao facto de o governo santomense ter mudado e uma nova administração ter encabeçado as pastas que são alvo de pressão por parte do Japão. Este contudo estava longe de ter desistido deste país insular, apesar mesmo de os órgãos técnicos e científicos estarem contra a assinatura do ICRB por STP.

Ano 2008

A estratégia nipónica de mencionar que a segurança alimentar está relacionada directamente com as pescas de baleias surte especial efeito em São Tomé e Príncipe. Aproximadamente 70-80% da proteína da dieta alimentar da população santomense depende das pescas, e emprega cerca de 30% da população. Daí uma ameaça a este sector desencadear tão particular consideração.

A produção biológica do país é limitada pela sua pequena plataforma continental (1445 km²) ausência de *upwelling* (fonte de nutriente que ascende desde o fundo oceânico) e como consequência àguas pobres em fito e zooplâncton.

A investigação e estudos relativos á biodiversidade marinha do país indicam que existem 185 espécies de peixes de 67 famílias. O potencial de biomassa piscícola ronda as 12.000 toneladas anuais, das quais 8500 de espécies pelágicas (de alto-mar) e as restantes 3500 de espécies demersais (capturadas junto á costa). Outros estudos indicam uma potencial quota de pesca anual de 17.000 toneladas de Atum e 6.000 de Cefalópodes (classe de moluscos marinhos a que pertencem os polvos, as lulas e os chocos)^{7,8}.

O problema com a pesca em STP não está na quantidade de peixe existente nas suas águas mas sim nos métodos utilizados. A pesca é maioritariamente de estilo artesanal, sendo que os pescadores santomenses utilizam essencialmente canoas, poucas destas motorizadas (estimativas mostram que, das 2.150 embarcações registadas em 2004 apenas 503 tinham motores, ou seja, menos de 25%). Estas canoas são limitadas na sua capacidade de ir mar adentro, levando os pescadores a explorar apenas áreas relativamente perto da costa. Isto levará num futuro próximo a um esgotamento dos recursos junto à costa, e irá deixar os pescadores e grande parte da população santomense, em sérias dificuldades. Utilização de redes de malha muito fina, explosões com granadas e mergulho com escafandro são métodos de pesca comum em São Tomé. A utilização destes métodos destrutivos com a total ausência de fiscalização irão, a curto/médio prazo, ter consequências muito negativas e poderão levar ao colapso do habitat e dos stocks de peixe em STP.

É axiomática a necessidade de criar infra-estruturas que permitam aos pescadores santomenses uma melhor pesca com menores efeitos negativos para o ambiente e stocks de pesca, mantendo os stocks de peixe saudáveis, desta maneira assegurando também uma boa pesca no futuro e a fonte suficiente de proteína para a população.

Em 2008, o Japão selou acordos de pesca com STP, numa ronda de reuniões feita a convite do Governo Japonês em Tóquio, tornando-se assim um dos principais parceiros do país neste sector, com 14% da quota anual atribuída a países estrangeiros. O acordo de 2008 válido por 12 meses e renovável, destinava-se a conceder ao Japão licenças para pescar atum em águas Santomenses. Nessa mesma altura o Japão prometeu dar assistência técnica e financeira bem como formação de quadros técnicos são-tomenses no domínio das pescas. Prometeu ainda apoiar São Tomé e Príncipe em infra-estruturas piscatórias, sobretudo na instalação de um estaleiro para construção de

⁷ http://globusdaio.com/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=58

⁸ Pikitch, E. K., Doukakis, P. 2005. Recommendations for fisheries reform for Sao Tome and Principe. PEW Institute for Ocean Science.

“pequenos” barcos de fibra e fabrico de materiais para pesca artesanal bem como reparação de embarcações.⁹

Aproveitando um encontro em STP sobre Biodiversidade e Ecoturismo, promovido pelo Parque Biológico de Gaia e o Ministério do Ambiente de STP, uma nova campanha foi levada a cabo em prol da conservação de cetáceos, a Março de 2008 (ao mesmo tempo que os acordãos de pesca eram assinados com o Japão). Era esperado que STP fosse novamente instigado a assinar a CIRB e tornar-se assim membro da CBI. Durante o evento foi dada uma apresentação oral sobre ecoturismo e uso não letal de cetáceos. É importante denotar neste contexto controverso, contudo, que durante as notas de abertura o embaixador de Portugal em STP, Fernando Ramos Machado assim como o Director Geral do Meio Ambiente, Arlindo Carvalho, referiram e realçaram a conservação de cetáceos.

Durante esta nova campanha foi dado ênfase ao potencial ecoturístico de STP e dos benefícios que uma indústria de *whale-watching* (avistamento de baleias e golfinhos) poderia ter sobre a economia nacional. Foi realçado também que o deslustre de STP votar do lado errado na CBI, poderia advir sérias consequências ao sector turístico nacional. STP tem um produto principal a oferecer ao turismo mundial – a sua natureza, e figurar na lista da CBI como um país pró-caça traria impactos negativos ao desenvolvimento do ecoturismo. A ideia contou com o apoio de várias entidades e pessoas relacionadas com o Governo, Turismo e Ambiente de STP. Dentro do Governo a ideia foi apoiada pelo Director Geral do Meio Ambiente, Arlindo Carvalho, e o Director Geral do Turismo, Hugo Menezes. No seio do Turismo a ideia foi apoiada pelo Responsável Comercial e Marketing do Grupo Pestana, Ricardo Rodrigues, e pela directora da Associação ROÇAMUNDO, Isaura Carvalho. Um dos directores da ONG local Jorge Carvalho também foi uma ajuda e apoio valioso. Bastien Loloum, um consultor freelancer que trabalha com diversas entidades locais foi essencial como fonte de informação, orientação, e conselhos de como melhor conduzir a campanha de conservação, e direccionada para os tomadores de decisão a nível nacional. Danilo Barbero, assistente técnico do projecto ECOFAC (*Conservation et utilisation rationnelle des écosystèmes forestiers d'Afrique Centrale*), direccionado para a conservação da dos ecossistemas e da sua biodiversidade foi também um forte pilar da campanha para conservação dos cetáceos de STP.

Facto foi que mantendo o mesmo governo, STP não se juntou à CBI em 2008 e não compareceu à 60ª reunião da CBI em Santiago, Chile.

Em Outubro desse mesmo ano foi emitida a notícia que a grande prioridade no maior orçamento de estado de sempre, com valores na ordem de 150 milhões de dólares, era a segurança alimentar. Situação perfeitamente entendível quando o aumento da população e a degradação dos recursos ameaçam a frágil estabilidade nacional.

Ano 2009

A Associação Santomense “ROÇAMUNDO” (uma instituição que abrange vários domínios desde a Arte, passado pelo Turismo, Gastronomia e Educação); em cooperação com a Fundação Cacau, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE e UAL), NEREA-Investiga, e o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, impulsionaram e desenvolveram em 2009 o 1º Encontro

⁹ <http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=5112>

Internacional de Desenvolvimento Local que decorreu no mês de Abril em STP. Um evento ousado mas de supremo êxito que visava congregar painéis de pessoas e temas de diversas áreas da sociedade. Personalidades ligadas à economia, sociologia, biologia, história, educação, construção entre outras; vindas de várias partes do globo como Brasil, Portugal, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Itália, Espanha, e França juntaram-se companheiros seus de STP para uma discussão aprofundada sobre como desenvolver projectos em diversos âmbitos, aprender com os erros cometidos anteriormente e reinventar-se de modo a produzir mais e melhores frutos.

Nesta terceira fase de campanha era necessário elaborar mais do que apenas discursos e formalidades governamentais em relação aos cetáceos de STP. Pensou-se portanto em desenvolver um projecto abrangente que englobasse a sociedade civil e a procura de soluções para a criação de uma indústria de *whale-watching* sustentável e duradoura (tema a ser desenvolvido mais adiante).

Apesar do sucesso desta campanha e das que a precederam terem sido vitais para o desenvolvimento de um leque de bons contactos entre parceiros, então formados, e direccionados especificamente para esta nova ideia de projecto; o Japão acabaria por contratar e empreender a maior campanha de tentativa de recrutamento do STP para o seu lado, até agora levada a cabo.

Quando decorria o 1º Encontro Internacional de Desenvolvimento Local, a convite do Governo Japonês, uma delegação do governo de STP deslocou-se até à região de Bousou, no Japão, juntamente com representantes da Argélia, Burkina Faso, e Mali. Destes apenas Mali faz parte da CBI, e vota ao lado do Japão, os outros seriam alvos potenciais para recrutamento. Durante a visita o presidente da prefeitura de Kanagawa, que engloba a região de Bousou, Hiroshi Ishii declarou que *“Estes quatro países amigos, mostram compreensão sobre a utilização sustentável das baleias como um recurso e, possivelmente, os que irão aderir à CBI no futuro, apoiar a nossa posição.”*

Após a notícia vários esforços foram feitos dentro de STP para deter as negociações e, afastar mais uma vez, STP da CBI. Até Junho de 2009, data em que a 61ª reunião da CBI iria ter lugar na Madeira – Portugal, STP não tinha assinado CIRB nem pago qualquer quota anual.

Resta saber o que o futuro reserva a esta parte. Uma vez que o Japão não dá mostras de qualquer transparência e boa fé nas negociações que decorrem dentro da CBI, e nas várias tentativas de chegar a acordos e negociações entre os dois pólos em oposição (contra e pro-caça), não parece que a curto prazo possa vir a possibilidade de coexistência entre o desenvolvimento de algum grau de baleação com a conservação das espécies de grandes baleias. Esta é uma guerra silenciosa, de um lado o Japão e a sua máquina de chamarizes, falsas alegações e políticas de pesca, do outro os países que lutam pela preservação das populações de baleias e que na maioria dos quais têm indústrias de *whale-watching* lucrativas e vitais para a vida e existência de inteiras comunidades costeiras.

Os cetáceos em São Tomé e Príncipe

A fauna de cetáceos da costa ocidental africana, bem como das ilhas oceânicas do Golfo da Guiné, não está ainda devidamente estudada. Apesar de existir uma grande diversidade faunística, há muito pouca informação sobre as espécies de cetáceos que ocorrem nesta região, sendo que na maioria dos casos apenas existem dados da época da caça. Na literatura científica datada de várias décadas atrás são referidas para esta região populações costeiras de golfinhos-roazes (*Tursiops truncatus*), de golfinhos-comuns (*Delphinus delphis*) e de baleias-piloto (*Globicephala spp.*);

populações migratórias de orcas (*Orcinus orca*), de cachalotes-anão (*Kogia spp.*); e ainda populações pelágicas, que migram cada ano vindas do Ártico ou da Antártida, de cachalotes (*Physeter macrocephalus*) e também diversas espécies de baleias (*Balaenoptera spp.*). Para além destas espécies, também é referida, a partir de dados de baleação, a ocorrência de baleias de bossa (*Megaptera novaeangliae*). Estão referenciadas para esta região cerca de vinte e oito espécies de cetáceos¹⁰.

Determinadas zonas das águas costeiras da Ilha de S. Tomé e do Ilhéu das Rolas parecem constituir locais de agregação dos cetáceos devido possivelmente aos seus elevados níveis de actividade biológica e potenciais presas. Existem poucos trabalhos até à data sobre a fauna ictiológica desta região. Desde os trabalhos pioneiros nos fins do século XIX, poucas informações originais sobre os peixes de S. Tomé têm sido a ser publicadas¹¹. Tendo em consideração os resultados obtidos nos estudos preliminares, bem como as características oceanográficas especiais desta região, presume-se que este ecossistema suporte uma grande diversidade de espécies de cetáceos pelo facto de fornecer potencialmente um grande número de nichos ecológicos.

Assim e de modo a tentar obter mais informação sobre os cetáceos que ocorrem em São Tomé e Príncipe, desde 2002, que investigadores do Projecto Delfim têm desenvolvido trabalhos sobre a ocorrência e distribuição das baleias de bossa e outras espécies de cetáceos que ocorrem nas águas deste arquipélago. Até à data diversos trabalhos académicos, relatórios, apresentações e publicações em revistas da especialidade tem sido desenvolvidos^{12,13,14,15}. Como objectivo principal estes investigadores tem tentado perceber a ocorrência e distribuição das diversas espécies nesta região, quantificar a existência de áreas preferenciais e saber quais as espécies mais frequentes que ocorrem neste arquipélago. Um estudo mais abrangente e a nível internacional tem vindo a ser desenvolvido sobre a baleia de bossa. Este estudo visa a caracterização (ecológica e genética) da população de baleias bossa que ocorre em São Tomé e Príncipe, e em como estas se relacionam com as baleias da mesma espécie que ocorrem em todo o Golfo da Guiné e na costa Oeste Africana. Estes estudos têm estado a ser desenvolvidos em colaboração e com apoio do Museu Americano de História Natural em Nova York, da O.N.G. americana Wildlife Conservation Society e do projecto

¹⁰ Reeves, R.R.; Stewart, B.S.; Clapham, P.J. & Powell, J.A., 2002. *Guide to Marine Mammals of the World*. (527 pp.). National Audubon Society. Alfred A. Knopf Inc. New York. 527pp.

¹¹ Afonso, P., Porteiro, F.M., Santos, R.S., Barreiros, J.P., Worms, J. & Wirtz, P. (1999). Coastal Marine Fishes of S. Tomé Island (Gulf of Guinea). *Arquipelago. Life and Marine Sciences*, 17A, 65-92.

¹² Picanço, C.; Carvalho, I. & Brito, C. (2009). Occurrence and distribution of cetaceans in Sao Tome and Principe tropical archipelago and their relation to environmental variables. *Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom*, 89(5): 1071-1075.

¹³ Pimentel, M., Brito, C. & Carvalho, I. (2007). Photo identification and ecology of bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*) in São Tomé and Príncipe Archipelago, West Africa. Abstract on the 21st Conference of the European Cetacean Society

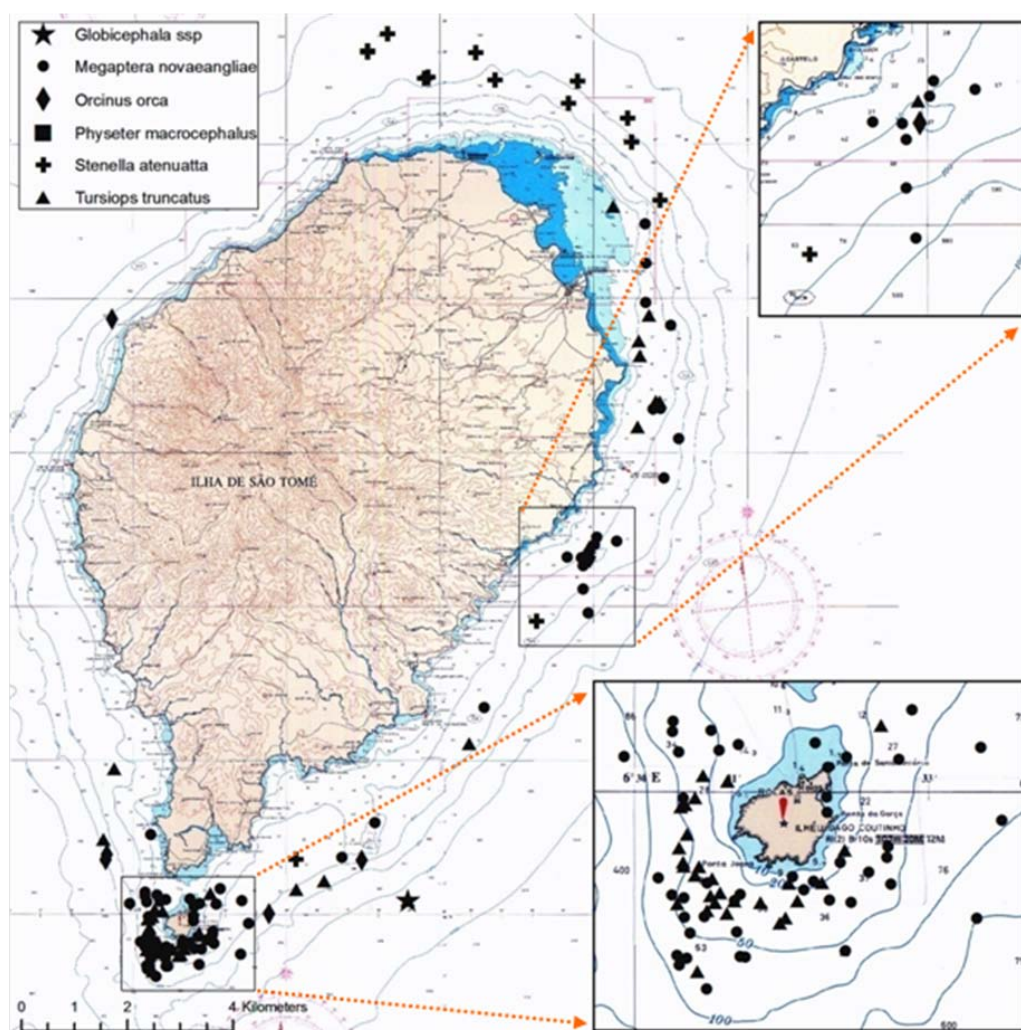
¹⁴ Brito, C., Carvalho, I., Pimentel, M. & dos Santos, M. (2005). Sounds of pantropical spotted dolphins (*Stenella attenuata*) off S. Tomé and Príncipe, West Africa. Abstract in the 19th Conference of the European Cetacean Society, pp 39.

¹⁵ Carvalho, I. (2004). Ocorrências e comportamentos das baleias corcundas (*Megaptera novaeangliae*, Borowski, 1781), no sul de S. Tomé e Príncipe. Dissertação do Mestrado em Etologia. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

“*Especies Phares*” pertencente à RAPAC (Reseau des Aires Protégées d’Afrique Centrale) financiado pela União Europeia.

Até a data, 6 espécies de cetáceos foram observados nas águas de São Tomé, sendo que as espécies mais frequentemente observadas na região são a baleia de bossa (durante a época de reprodução: Julho - Outubro), o golfinho-malhado e o golfinho-roaz. As regiões com mais avistamentos são as zonas entre Santana e a zona norte da ilha de São Tomé, e depois a sul a área em volta do Ilhéu das Rolas até às sete pedras. No caso dos golfinhos roazes, alguns animais foram reavistados em anos consecutivos na mesma região, o que pode indicar um certo grau de residência na área. Em relação às baleias de bossa, os dados indicam que esta região parece ser uma importante área para as mães e crias, uma vez que mais de 50% dos avistamentos desta espécie são deste tipo, o que faz com que São Tomé se torne bastante importante do ponto de vista da conservação desta espécie nesta região (Inês Carvalho, *coment. Press.*). Os dados colhidos até à data parecem indicar que São Tomé e Príncipe é uma área rica em ocorrência de cetáceos, o que torna esta região promissora, tanto do ponto de vista da conservação como da indústria do *whale-watching*, num futuro próximo.

Figura 1.0 – Mapa com a distribuição das 6 principais espécies encontradas em STP



Tome and Principe tropical archipelago and their relation to environmental variables. Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom, 89(5): 1071-1075.

Apesar da caça não ser hoje a ameaça que já foi noutros tempos para a maioria dos cetáceos, existem hoje outros factores que é preciso ter em conta pois podem ter impactos tão grandes ou maiores que a caça. São esses: a captura accidental em artes de pesca, o tráfego crescente de embarcações, a poluição dos ambientes costeiros, bem como a diminuição da disponibilidade de alimento devido à pesca excessiva – todos estes factores podem constituir ameaças à sobrevivência de diversas espécies de baleias e de golfinhos. Assim, a quantificação destas ameaças bem com a identificação de áreas críticas tanto de reprodução como de alimentação e a respectiva protecção destas áreas são essenciais para a manutenção sustentada das diferentes espécies.

Presentemente S. Tomé e Príncipe está numa nova fase de desenvolvimento, tanto do ponto de vista turístico, como industrial (com o início da exploração petrolífera), actividades que directa ou indirectamente poderão afectar as populações de cetáceos destas águas, e que deverão ser estudadas e avaliadas de modo a minimizar os seus impactos. A conservação do mar de São Tomé e Príncipe e dos seus recursos naturais constitui, sem sombra de dúvida, uma mais-valia para o desenvolvimento sustentável do turismo e da economia do arquipélago. Esta região apresenta uma relevância significativa do ponto de vista biológico, sendo de considerar a protecção da sua fauna marinha. A continuação dos estudos permitirá evidenciar o interesse em criar, num futuro próximo e em colaboração com as autoridades locais, zonas de protecção marinha para as espécies de baleias e golfinhos que aqui vivem.

Whale-Watching como alternativa não-letal

Quando pensamos no uso não letal de cetáceos a primeira ideia que nos vêm á mente é o chamado *whale-watching* (avistamento de baleias e golfinhos). Esta é uma actividade que é sujeita a uma rede de interligações entre várias áreas de conhecimento e sectores da sociedade; e dentro da prática de *whale-watching* temos duas vertentes do mesmo. A que é feita a partir de plataformas terrestres e o embarcado.

Qualquer tipo de *whale-watching* em qualquer parte do mundo deveria começar com a consciencialização do recurso, sendo este um processo de várias etapas. Inicialmente, o essencial é avaliar o potencial para a prática de *whale-watching*, e definir uma “capacidade de carga”, ou seja, o número de embarcações e turistas que cada população de cetáceos suporta, dependente do local, das características ambientais e da abundância de número e espécies cetáceos presentes na área.

Isto possibilita a atribuição e estipulação de licenças a operadores. Seguidamente é imperativo a implementação de uma regulamentação para os avistamentos para evitar manobras e atitudes evasivas por parte dos operadores. Essa mesma regulamentação deve ser acompanhada de uma política de conservação governamental para assegurar que essas mesmas regras são cumpridas.

Todos estes estágios servem para que a actividade se dê de modo sustentável, protegendo o recurso natural, neste caso os cetáceos, e assegurando a perpetuação do negócio. Contudo o *whale-watching* não existe só por si nem isolado, é necessária a intervenção de outras partes da sociedade e de outras indústrias para que a actividade prolifere. É neste âmbito que a prática de *whale-watching* se torna um elemento fundamental na vida e sustento de muitas comunidades ao redor do globo, e neste caso particular das comunidades Santomenses.

Em STP a actividade é residual e sem significância económica para o país. Segundo o relatório sobre *whale-watching* lançado pelo Fundo Internacional para a Protecção dos Animais e o seu Habitat (IFAW), a actividade ocorre em ambas as ilhas, São Tomé e Príncipe. Em São Tomé é feita a partir da Cidade de São Tomé, ao longo da costa leste da ilha, e a partir do Ilhéu das Rolas a sul. Na ilha do Príncipe, whale watching é feito a partir do Resort Bom Bom Island¹⁶.

Tabela 1.0 – Variações temporais na indústria da *whale-watching* em STP e gastos relacionados

Ano	Número de Whale Watchers	CMA*	Número de Operadores	Gastos Directos	Gastos Indirectos	Total de Gastos
1991	Nenhum	N/A	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
1994	Nenhum	N/A	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
1998	Nenhum	N/A	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
2008	Minimal	N/A	5	Minimal	Minimal	Minimal

*CMA = Crescimento Médio Anual

#Tabela retirada do relatório da IFAW

As viagens são geralmente organizadas pelos hotéis, operadores de mergulho e/ou pesca, e, geralmente, envolvem embarcações de pequena capacidade, como pirogas a motor e lanchas. Entre Junho e Outubro, são oferecidos passeios dedicados à observação de Baleias de Bossa (*Megaptera novaeangliae*) e as espécies de golfinhos Roazes (*Tursiops truncatus*) e Golfinhos Malhados Pantropicais (*Stenella attenuata*) são vistos de forma oportunista ao longo do ano. Os números de turistas em busca de *whale watching* em STP têm uma forte tendência a aumentar com o crescimento do turismo e maior consciencialização do turismo e observação de baleias em STP.

Tabela 1.2 – Dados relacionados com *whale-watching* em STP

Espécies Principais	Grandes Cetáceos: <i>baleia de bossa</i>	Pequenos Cetáceos <i>roaz, golfinho malhado pantropical</i>
Turismo:		
Internacional		90%
Doméstico		10%
Whale-watching a partir de terra		Nenhum
Tipo de excursão	Embarcado: dedicado, oportunístico	
Número estimado de empregos	7	
Principal temporada	De Julho a Outubro	

#Tabela retirada do relatório da IFAW

¹⁶ O'Connor, S., Campbell, R., Cortez, H., & Knowles, T., 2009, *Whale Watching Worldwide: tourism numbers, expenditures and expanding economic benefits*, a special report from the International Fund for Animal Welfare, Yarmouth MA, USA, prepared by Economists at Large.

O facto de STP ser usado pelas Baleias de Bossa (*Megaptera novaengliae*) como uma zona de procriação, coloca o país na linha da frente no que respeita á conservação e preservação desta espécie em particular.

Contudo, para que tal venha a acontecer é importante que desenvolva a criação de uma rede de áreas marinhas protegidas (AMP) que vise a conservação de cetáceos – isto feito após determinação das áreas importantes e habitats vitais para cada uma das espécies que habitam as águas Santomenses.

A indústria tem também um papel importantíssimo neste campo usando os barcos de *whale-watching* como plataformas de estudo, e assegurando que a actividade é feita de um modo não evasivo e sustentável.

Ao governo cabe-lhe definir as AMP e assegurar que um regulamento para o avistamento de cetáceos é protegido por lei, fazendo com que os operadores de whale-watching as implementem e apliquem.

STP já assinou alguns acórdãos internacionais que proveêm protecção e têm medidas de conservação relativamente aos cetáceos: a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)¹⁷, que contém 13 espécies de grandes baleias sob o Apêndice I (o de maior ameaça), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), a Convenção de Conservação de Animais Selvagens e Espécies Migratórias (CMS); em Outubro de 2007, vários países da África Ocidental assinaram em Tenerife, um dos maiores convénios internacionais no que respeita à conservação de pequenos cetáceos (golfinhos)¹⁸. STP é ainda membro da União Mundial para a Conservação (IUCN) que no seu quarto congresso, realizado em Barcelona em Outubro de 2008 passou uma declaração com o número 4.027 que declara que as grandes baleias não desempenham um papel importante na actual crise que afecta a pesca a nível mundial, e que o colapso das pescas se deve a actividades pesqueiras conduzidas pelo homem de modo ilegal, não declaradas, não regulamentadas (IUU), desperdício e métodos de pesca destrutivos¹⁹.

STP tomou alguns passos que visam proteger a biodiversidade nacional e tem previsto na lei (lei nº11/1999) a conservação da fauna, flora e das áreas protegidas para a preservação de cetáceos. Desta lei é importante ressaltar dois artigos: um que apela à conservação e outro que se baseia no principio da precaução (elemento básico para a criação de uma indústria de whale-watching sustentável):

- *artigo 2º "(..) visa a conservação, dos ecossistemas, a Fauna e a Flora neles existentes, com vista a salvaguardar a diversidade biológica como um património nacional e da humanidade, bem como a promoção da sua utilização social e económica durável, através do estabelecimento de listas de espécies a serem conservadas e da classificação de áreas do território nacional vocacionadas para a conservação dos seus habitats e da diversidade biológica."*

¹⁷ <http://www.cites.org/eng/app/appendices.shtml>

¹⁸ http://www.cms.int/news/PRESS/nwPR2007/10_Oct/Watch_Largest-Agreement.htm

¹⁹ http://intranet.iucn.org/webfiles/doc/IUCNPolicy/Resolutions/2008_WCC_4/English/RES/res_4_027_relationship_between_fisheries_and_great_whales.pdf

- *artigo 6º “Enquanto os meios disponíveis não permitirem uma rigorosa classificação, em conformidade com o principio da precaução, as espécies são classificadas pelo nível de risco mais elevado.”*

As bases estão lançadas para que se possa desenvolver uma indústria santomense que vise aumentar a capacidade de auto-sustento das comunidades costeiras usando um recurso nacional que estará interligado com outras áreas económicas importantes para a região, no âmbito turístico e comercial.

Todavia muito tem de ser feito para que esta indústria floresça e tal passa por uma componente multi-disciplinar entre cientistas, operadores, indústria hoteleira, agentes económicos e sociedade civil.

Estratégias para o uso não-letal de cetáceos: o delinear de um projecto

No decurso da campanha para que STP não apoie a matança de baleias na CBI ao lado do Japão, que agora já leva 3 anos (2007-2009), foi também delineado um projecto de estudo e conservação de cetáceos que espera o terminar de formalidades e o sempre difícil financiamento. Este projecto tem integrado as seguintes actividades:

- Criação de duas plataformas terrestres de avistamento;
- Formação de agentes no seio da ONG MARAPA e/ou de elementos de comunidades piscatórias na biologia, e comportamento dos cetáceos, assim como nos regulamentos e boa conduta de whale-watching;
- Criação de um centro interpretativo de cetáceos;
- Formação de uma campanha de sensibilização/informação a nível nacional;
- Colaboração com o governo para a instituição de um regulamento de whale-watching e de medidas legislativas adequadas à conservação de cetáceos;
- Estabelecimento de parcerias locais: ONG MARAPA, Associação Jalé Ecolodge, ROÇAMUNDO Ecologic Park e com a Direcção Geral do Ambiente;

Espera-se com este projecto promover a conservação de cetáceos em STP e desenvolver infra-estruturas que permitam que este recurso seja uma mais-valia para a sua população. Mais estudos geram mais conhecimento, com maior conhecimento é possível desenvolver mais acções no âmbito do projecto, com mais acções, mais benefícios para a população santomense.

Agradecimentos:

Melanie Salmon; *por patrocinar e estar sempre disposta a pôr o nome da sua organização (Global Ocean) na linha quando outros evitam e se desviam.*

Dr. Sidney Holt e Leslie Busby; *por todos os seus conselhos, ensinamentos e encaminhamento. Com um conhecimento profundo do tema da baleação e dos seus contornos. Com a sensatez que muitas vezes me falta.*

Inês Carvalho; *pela sua diligência, prontidão, exactidão, sabedoria, comentários e elaboração da parte sobre “Os cetáceos de São Tomé e Príncipe”.*

Mariana Matoso; *pela sua incansável e infinita paciência em editar, aconselhar e corrigir os esboços e alinhavos de português inábil que lhe envio, os quais consegue converter em textos de grande qualidade gramatical.*